

DANIEL AMORIM
ASSUMPÇÃO
NEVES

MANUAL DE DIREITO
PROCESSIONAL CIVIL
volume único

14^a | revista
edição atualizada

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

N511m Neves, Daniel Amorim Assumpção
Manual de direito processual civil – Volume único / Daniel Amorim Assumpção Neves
– 14. ed. – São Paulo: Ed. Juspodivm, 2022.
1856 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-945-8.

1. Processo civil – Brasil. 2. Direito processual – Brasil. I. Título.

09-2719

CDU: 347.91/95 (81)

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1.4.1.	Caráter substitutivo.....	83
1.4.2.	Lide.....	84
1.4.3.	Inércia.....	85
1.4.4.	Definitividade.....	88
1.5.	Princípios de jurisdição.....	89
1.5.1.	Investidura.....	89
1.5.2.	Territorialidade (aderência ao território).....	89
1.5.3.	Indelegabilidade.....	90
1.5.4.	Inevitabilidade.....	91
1.5.5.	Inafastabilidade.....	92
1.5.6.	Juiz natural.....	97
1.5.7.	Promotor natural.....	98
1.6.	Espécies de jurisdição.....	99
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	99
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	99
1.6.3.	Jurisdição comum e especial.....	100
1.7.	Jurisdição voluntária.....	100
1.7.1.	Características.....	100
1.7.1.1.	Obrigatoriedade.....	100
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo.....	101
1.7.1.3.	Juízo de equidade.....	101
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	102
1.7.2.	Natureza jurídica.....	103
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo.....	103
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto.....	103
1.7.2.3.	Ausência de lide.....	104
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados.....	105
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento.....	105
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material.....	105
1.8.	Tutela jurisdicional.....	106
1.8.1.	Espécie de crise jurídica.....	106
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais.....	108
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária.....	111
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais.....	114
1.8.4.1.	Introdução.....	114
1.8.4.2.	Formas de concretização da tutela diferenciada.....	114
1.8.4.3.	Cláusula geral de negócio jurídico processual.....	116
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade).....	116
1.8.6.	Sistema processual.....	117

2. AÇÃO.....	125
2.1. Teorias da ação.....	125
2.1.1. Teoria imanentista (civilista).....	125
2.1.2. Teoria concreta da ação.....	126
2.1.3. Teoria abstrata do direito de ação.....	127
2.1.4. Teoria eclética.....	128
2.1.5. Teoria da asserção.....	129
2.2. Condições da ação.....	131
2.2.1. Introdução.....	131
2.2.2. Possibilidade jurídica do pedido.....	133
2.2.3. Interesse de agir.....	134
2.2.4. Legitimidade.....	137
2.3. Elementos da ação.....	139
2.3.1. Introdução.....	139
2.3.2. Partes.....	140
2.3.3. Pedido.....	141
2.3.3.1. Certeza e determinação do pedido.....	142
2.3.3.2. Pedidos genéricos.....	143
2.3.3.2.1. Universalidade de bens.....	143
2.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano.....	144
2.3.3.2.3. Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu.....	146
2.3.3.3. Pedido implícito.....	147
2.3.3.4. Cumulação de pedidos.....	149
2.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos.....	150
2.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si.....	150
2.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos.....	151
2.3.3.4.1.3. Identidade procedimental.....	152
2.3.3.4.2. Espécies de cumulação.....	153
2.3.4. Causa de pedir.....	155
3. PROCESSO.....	159
3.1. Introdução.....	159
3.1.1. Processo como procedimento.....	159
3.1.2. Processo como contrato.....	160
3.1.3. Processo como um quase contrato.....	160
3.1.4. Processo como relação jurídica.....	160
3.1.5. Processo como situação jurídica.....	161
3.1.6. Processo como procedimento em contraditório.....	162

3.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório	162
3.1.8.	Conclusão	162
3.2.	Procedimento	163
3.3.	Relação jurídica processual	163
3.3.1.	Composição	163
3.3.2.	Características	164
3.3.3.	Pressupostos processuais	165
3.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz)	167
3.3.3.1.1.	Investidura	167
3.3.3.1.2.	Imparcialidade	167
3.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes)	169
3.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte	169
3.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo	169
3.3.3.2.3.	Capacidade postulatória	172
3.3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos	172
3.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos	172
3.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos	173
3.3.3.3.2.1.	Demanda	173
3.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta	174
3.3.3.3.2.3.	Citação válida	174
3.3.3.3.2.4.	Regularidade formal	175
3.4.	Princípios processuais	175
3.4.1.	Devido processo legal	175
3.4.2.	Contraditório	177
3.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	177
3.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz	179
3.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes ..	180
3.4.2.4.	Contraditório inútil	182
3.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado)	184
3.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório)	186
3.4.4.	Motivação das decisões	187
3.4.4.1.	Motivação e fundamentação	187
3.4.4.2.	Justificativas para a exigência da motivação das decisões judiciais	188
3.4.4.3.	Roteiro para a fundamentação das decisões judiciais	189
3.4.4.3.1.	Introdução	189
3.4.4.3.2.	Limitação a indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo	190

3.4.4.3.3.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais.....	190
3.4.4.3.4.	Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	191
3.4.4.3.5.	Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente.....	192
3.4.4.3.6.	Aplicação de súmula ou precedente como fundamento do decidir	193
3.4.4.3.7.	Distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes	194
3.4.4.4.	Fundamentação <i>per relationem</i>	195
3.4.4.5.	Colisão entre normas.....	196
3.4.5.	Isonomia.....	197
3.4.6.	Publicidade dos atos processuais.....	199
3.4.7.	Princípio da economia processual	202
3.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas.....	204
3.4.9.	Princípio da razoável duração do processo.....	206
3.4.10.	Princípio da cooperação	208
3.4.11.	Princípio da boa-fé e lealdade processual.....	211
3.4.12.	Primazia no julgamento do mérito	218
4.	COMPETÊNCIA.....	221
4.1.	Introdução	221
4.2.	Competência relativa e absoluta.....	222
4.2.1.	Competência relativa.....	223
4.2.1.1.	Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	223
4.2.1.2.	Reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	225
4.2.1.3.	Momento para alegação da incompetência relativa.....	227
4.2.2.	Competência absoluta.....	228
4.2.2.1.	Legitimado para arguir a incompetência absoluta.....	228
4.2.2.2.	Momento de arguição da incompetência absoluta.....	228
4.2.3.	Identidades procedimentais	229
4.2.3.1.	Forma de alegação da incompetência	229
4.2.3.2.	Reconhecimento da incompetência e atos processuais já praticados.....	231
4.3.	Critérios para fixação da competência	234
4.4.	Limites da jurisdição nacional	235
4.4.1.	Introdução – princípio da efetividade.....	235
4.4.2.	Competência internacional concorrente e exclusiva.....	235
4.4.3.	Litispendência internacional.....	237
4.5.	Espécies de competência.....	238

4.5.1.	Competência territorial.....	238
4.5.1.1.	Foro comum (ou geral ou ordinário)- art. 46 do CPC....	238
4.5.1.2.	Direito real imobiliário art. 47 do CPC	240
4.5.1.3.	Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial ações em que o espólio for réu – art. 48 do CPC	243
4.5.1.4.	Réu ausente art. 49 do CPC.....	243
4.5.1.5.	Réu incapaz – art. 50 do CPC.....	244
4.5.1.6.	União	244
4.5.1.7.	Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF	245
4.5.1.8.	Estado ou Distrito Federal.....	246
4.5.1.9.	Ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável – art. 53, I, do CPC.....	246
4.5.1.10.	Ação de alimentos art. 53, II, do CPC.....	248
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu art. 53, III, “a”, do CPC	249
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 53, III, “b”, do CPC	249
4.5.1.13.	Sociedade ou associação que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 53, III, “c”, do CPC.....	250
4.5.1.14.	Obrigações a ser cumpridas – art. 53, III, “d”, do CPC.....	250
4.5.1.15.	Direitos previstos no Estatuto do Idoso (art. 53, III, “e”, do CPC).....	250
4.5.1.16.	Sede da serventia notarial ou de registro.....	251
4.5.1.17.	Reparação de dano – art. 53, IV, “a” do CPC.....	251
4.5.1.18.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 53, IV, “b”, do CPC.....	252
4.5.1.19.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 53, V, do CPC.....	252
4.5.2.	Competência funcional.....	253
4.5.2.1.	Conceito.....	253
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta?.....	254
4.5.2.2.1.	Art. 47 do CPC – ações reais imobiliárias....	255
4.5.2.2.2.	Art. 2.º da Lei 7.347/1985– Ação civil pública.....	255
4.5.3.	Competência em razão da matéria.....	257
4.5.4.	Competência em razão da pessoa	257
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa	258
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995.....	258
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001.....	259
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009.....	260

	4.5.5.4.	Foros regionais (distritais).....	261
4.6.		Competência da justiça federal.....	261
	4.6.1.	Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>).....	262
	4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.....	262
	4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal.....	262
	4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo.....	263
	4.6.1.1.3.	União e ação de usucapião.....	264
	4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual.....	264
	4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta	266
	4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”.....	267
	4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”.....	267
	4.6.2.	Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>).....	268
	4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”.....	268
	4.6.2.2.	Inciso X – “(..), a execução da carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”.....	268
	4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	268
	4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”.....	269
4.7.		Prorrogação de competência.....	269
	4.7.1.	Conceito.....	269
	4.7.2.	Prorrogação legal.....	270
	4.7.2.1.	Conexão e continência.....	270
	4.7.2.1.1.	Conceito.....	270
	4.7.2.1.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão	272
	4.7.2.1.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos	274
	4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão....	276

4.7.2.2.	Ausência de alegação de incompetência relativa	278
4.7.3.	Prorrogações voluntárias.....	278
4.7.3.1.	Eleição de foro.....	278
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor.....	280
4.8.	Prevenção.....	280
4.8.1.	Conceito.....	280
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição.....	280
4.9.	Princípio da perpetuatio jurisdictionis art. 43 do CPC	281
4.10.	Competência adequada.....	283
5.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	285
5.1.	Introdução.....	285
5.2.	Sucumbência e causalidade	286
5.3.	Cabimento de condenação em honorários advocatícios.....	287
5.4.	honorários sucumbenciais recursais	290
5.5.	Valor dos honorários sucumbenciais	295
5.6.	Condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários sucumbenciais	296
5.7.	Sucumbência recíproca.....	297
5.8.	Pagamento na pessoa da sociedade de advogados	298
5.9.	Termo inicial dos juros	299
5.10.	Omissão da condenação em honorários advocatícios em sentença transitada em julgado	299
5.11.	Legitimidade para impugnar e executar.....	300
5.12.	Direito ao ressarcimento dos honorários contratuais.....	303
6.	GRATUIDADE DE JUSTIÇA	305
6.1.	Beneficiários da assistência judiciária.....	305
6.2.	Benefício da gratuidade.....	306
6.3.	Gratuidade e adiantamento de honorários periciais.....	308
6.4.	Concessão parcial de gratuidade e parcelamento.....	309
6.5.	Condenação do beneficiário da gratuidade.....	310
6.6.	Procedimento.....	310
6.6.1.	Forma do pedido de concessão da gratuidade.....	310
6.6.2.	Indeferimento do pedido	311
6.6.3.	Deferimento do pedido	312
6.6.4.	Impugnação à decisão concessiva do benefício.....	312
6.6.5.	Instrução probatória.....	313
6.6.6.	Revogação do benefício	313
6.6.7.	Recorribilidade.....	313
6.7.	Trânsito em julgado da decisão que revoga a gratuidade.....	314

7. LITISCONSÓRCIO.....	315
7.1. Conceito.....	315
7.2. Hipóteses de cabimento.....	316
7.3. Classificação do litisconsórcio.....	317
7.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	317
7.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente).....	317
7.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo.....	318
7.3.4. Litisconsórcio unitário e simples.....	319
7.4. Limitação do litisconsórcio facultativo.....	320
7.4.1. Introdução.....	320
7.4.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz.....	320
7.4.3. Pedido da parte.....	321
7.4.4. Litisconsórcio recusável?.....	322
7.4.5. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo.....	322
7.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções.....	324
7.6. Litisconsórcio ativo necessário?.....	327
7.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?.....	330
7.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário.....	331
7.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo.....	332
7.10. Dinâmica entre os litisconsortes.....	333
7.10.1. Introdução.....	333
7.10.2. Atos de disposição de direito.....	333
7.10.3. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 345, I, do CPC).....	334
7.10.4. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 1.005, <i>caput</i> , do CPC).....	335
7.10.5. Produção da prova.....	336
7.10.6. A confissão e o litisconsórcio.....	337
7.10.7. Prazo para os litisconsortes.....	339
8. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	343
8.1. Intervenções típicas e atípicas.....	343
8.1.1. Processo/fase de conhecimento.....	344
8.1.1.1. Intervenções da Lei 9.469/1997.....	344
8.1.1.2. Ação de alimentos.....	345
8.1.2. Processo/fase de execução.....	349
8.1.3. Ação probatória autônoma.....	349
8.2. Assistência.....	350
8.2.1. Introdução.....	350
8.2.2. Assistência simples (adesiva).....	351
8.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada).....	352

8.2.3.1.	Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo ulterior?.....	353
8.2.4.	Procedimento da assistência.....	354
8.2.5.	Os poderes do assistente simples.....	356
8.2.6.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	358
8.2.7.	Imutabilidade da justiça da decisão.....	359
8.2.8.	Justiça da decisão e coisa julgada.....	360
8.3.	Denúnciação da lide.....	361
8.3.1.	Conceito.....	361
8.3.2.	Hipóteses de cabimento.....	362
8.3.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto.....	363
8.3.2.2.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 125, II, do CPC).....	363
8.3.3.	Facultatividade.....	365
8.3.4.	Qualidade processual do denunciado.....	366
8.3.5.	Condenação e cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado.....	368
8.3.6.	Denúnciação sucessiva.....	370
8.3.7.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	371
8.3.8.	Procedimento da denúnciação pelo réu.....	371
8.4.	Chamamento ao processo.....	374
8.4.1.	Conceito.....	374
8.4.2.	Hipóteses de cabimento.....	376
8.4.3.	Procedimento.....	378
8.4.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor.....	379
8.5.	incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	380
8.5.1.	Introdução.....	380
8.5.2.	Momento.....	382
8.5.3.	Procedimento.....	382
8.5.4.	Recorribilidade.....	386
8.5.5.	Fraude à execução.....	387
8.6.	<i>Amicus curiae</i>	388
8.6.1.	Introdução.....	388
8.6.2.	Interesse institucional.....	389
8.6.3.	Requisitos.....	390
8.6.4.	Aspectos procedimentais.....	391

9. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E CALENDARIZAÇÃO PROCEDIMENTAL 395

9.1.	Negócio jurídico processual.....	395
9.1.1.	Espécies de negócios jurídicos processuais.....	395
9.1.2.	Negócios jurídicos processuais típicos.....	396

9.1.3.	Cláusula geral de negócios jurídicos processuais	397
9.1.4.	Objeto do negócio jurídico processual previsto no art. 190 do CPC.....	398
9.1.4.1.	Introdução	398
9.1.4.2.	Acordo procedimental.....	399
9.1.4.3.	Posições processuais.....	400
9.1.5.	Momento.....	401
9.1.6.	Requisitos formais.....	402
9.1.6.1.	Introdução.....	402
9.1.6.2.	Requisitos formais gerais do negócio jurídico.....	402
9.1.6.3.	Direitos que admitam a autocomposição.....	403
9.1.6.4.	Nulidade.....	404
9.1.6.5.	Inserção abusiva em contrato de adesão.....	405
9.1.6.6.	Vulnerabilidade.....	406
9.1.7.	Limites à liberdade das partes.....	407
9.1.7.1.	Introdução	407
9.1.7.2.	Normas fundamentais do processo.....	407
9.1.7.3.	Normas cogentes.....	410
9.1.7.4.	Desnecessidade e incapacidade de atingir os objetivos previstos em lei.....	412
9.1.8.	Decisão que decreta a invalidade do negócio jurídico processual....	413
9.1.9.	Casuística.....	413
9.2.	Calendário procedimental.....	414
9.2.1.	Introdução.....	414
9.2.2.	Negócio jurídico plurilateral	416
9.2.3.	Momento de definição do calendário	416
9.2.4.	Revisão excepcional do calendário	417
10.	ATOS PROCESSUAIS.....	419
10.1.	Introdução.....	420
10.2.	Da Prática Eletrônica de Atos Processuais.....	420
10.2.1.	Introdução.....	420
10.2.2.	Atos processuais por meio eletrônico.....	420
10.2.3.	Prática eletrônica de atos notariais e de registro	420
10.2.4.	Garantias dos sistemas de automação processual.....	421
10.2.5.	Publicidade	421
10.2.6.	Acesso e participação das partes e de seus procuradores.....	422
10.2.7.	Garantias de natureza técnica	422
10.2.8.	Registro do ato processual eletrônico.....	423
10.2.9.	Regulamentação da prática e da comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.....	424
10.2.10.	Caráter oficial das informações processuais prestada pelos sistemas dos tribunais.....	424

10.2.11.	Problemas técnicos e erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos	425
10.2.12.	Facilitação no acesso aos autos eletrônicos.....	425
10.3.	Dos atos das partes.....	425
10.3.1.	Eficácia imediata dos atos processuais	425
10.3.2.	Direito de exigir recibo.....	426
10.3.3.	Cotas marginais ou interlineares.....	426
10.4.	Dos Pronunciamentos do Juiz.....	427
10.4.1.	Pronunciamentos do juízo de primeiro grau.....	427
10.4.1.1.	Sentença	427
10.4.1.2.	Decisão interlocutória.....	427
10.4.1.3.	Despacho.....	427
10.4.1.4.	Decisão interlocutória x despacho.....	428
10.4.1.5.	Atos ordinatórios.....	428
10.4.2.	Pronunciamentos proferidos em tribunal.....	429
10.4.2.1.	Acórdão.....	429
10.4.3.	Requisitos formais dos pronunciamentos judiciais.....	429
10.4.4.	Publicação dos pronunciamentos.....	430
10.5.	Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	430
10.5.1.	Autuação.....	430
10.5.2.	Numeração e rubrica das folhas dos autos.....	431
10.5.3.	Termo de juntada, vista e conclusão.....	431
10.5.4.	Métodos de registro dos atos processuais.....	432
10.5.5.	Formalidades materiais dos atos e termos processuais.....	432
10.6.	Do tempo dos atos processuais.....	433
10.6.1.	Dias úteis das 06:00 às 20:00.....	433
10.6.2.	Momento para a prática eletrônica de ato processual.....	434
10.6.3.	Atos praticados durante as férias forenses e feriados.....	435
10.7.	Do lugar da prática dos atos processuais.....	436
10.8.	Dos prazos.....	437
10.8.1.	Espécies de prazos processuais.....	437
10.8.2.	Comparecimento em juízo.....	438
10.8.3.	Ato praticado antes do início da contagem do prazo.....	438
10.8.4.	Contagem do prazo	439
10.8.5.	Intimação tácita por meio eletrônico	440
10.8.6.	Suspensão e interrupção do prazo	440
10.8.7.	Obstáculo criado pela parte contrária.....	442
10.8.8.	Foro onde for difícil o transporte	443
10.8.9.	Vedação à redução de prazo sem a anuência das partes.....	443
10.8.10.	Preclusão	444
10.8.11.	Extinção do direito de emendar o ato processual.....	445

10.8.12.	Contagem do prazo.....	446
10.8.13.	Indisponibilidade dos sistemas de informática.....	446
10.8.14.	Publicação no diário oficial.....	447
10.8.15.	Renúncia ao prazo recursal.....	447
10.8.16.	Prazos para o pronunciamento judicial.....	448
10.8.17.	Prazos para os serventuários da justiça.....	448
10.8.18.	Termo inicial do prazo.....	450
10.8.19.	Contagem e fluência do prazo.....	450
10.8.20.	Atos da parte.....	452
10.8.21.	Atos praticados por carta.....	452
10.8.22.	Excesso de prazo pelo serventuário.....	452
10.8.23.	Restituição dos autos.....	453
10.8.24.	Excesso de prazo pelo magistrado.....	454
10.9.	Comunicação dos atos processuais.....	455
10.9.1.	Formas de comunicação.....	455
10.9.2.	Citação.....	456
10.9.3.	Intimação.....	456
10.9.3.1.	Conceito.....	456
10.9.3.2.	Meios de intimação.....	456
10.9.3.3.	Responsável pela intimação.....	457
10.9.3.4.	Intimação da Fazenda Pública.....	458
10.9.3.5.	Intimação por meio eletrônico.....	458
10.9.3.6.	Intimação por publicação no órgão oficial.....	459
10.9.3.7.	Intimação em nome da sociedade de advogados.....	459
10.9.3.8.	Requisitos formais da publicação (nome da parte, do advogado ou da sociedade).....	459
10.9.3.9.	Publicação em nome de advogado indicado.....	460
10.9.3.10.	Retirada dos autos de cartório.....	461
10.9.3.11.	Aiegação da nulidade.....	462
10.9.3.12.	Intimação pessoal do advogado.....	462
10.9.3.13.	Intimação pelo correio.....	462
10.9.3.14.	Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	463
10.9.3.15.	Intimação por oficial de justiça.....	463
10.9.3.16.	Intimação ficta.....	463
10.9.4.	Cartas.....	463
10.9.4.1.	Espécies.....	463
10.9.4.2.	Carta de ordem.....	464
10.9.4.3.	Carta rogatória.....	464
10.9.4.4.	Carta precatória.....	465
10.9.4.5.	Carta arbitral.....	465
10.9.4.6.	Requisitos formais.....	465

10.9.4.7.	Prazo para cumprimento.....	467
10.9.4.8.	Princípio do contraditório.....	467
10.9.4.9.	Caráter itinerante	468
10.9.4.10.	Transmissão da carta por telefone.....	469
10.9.4.11.	Impulso oficial.....	469
10.9.4.12.	Recusa no cumprimento da carta.....	470
10.9.4.13.	Devolução da carta.....	472
10.10.	Ordem cronológica de julgamento	473
10.10.1.	Introdução.....	473
10.10.2.	Publicidade.....	474
10.10.3.	Requerimento em processo já incluído na ordem de julgamento.....	474
10.10.4.	Exceções à ordem cronológica.....	474
10.10.5.	Dever ou faculdade?.....	476
11.	VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	479
11.1.	Introdução	479
11.2.	Vício e nulidade.....	480
11.3.	Classificação.....	482
11.4.	Mera irregularidade.....	483
11.5.	Nulidades relativas.....	483
11.6.	Nulidade absoluta	485
11.7.	Inexistência jurídica.....	487
11.8.	Efeito expansivo e confinamento das nulidades.....	488
12.	TUTELA PROVISÓRIA	491
12.1.	Introdução.....	491
12.2.	Disposições gerais da tutela provisória.....	493
12.2.1.	Introdução.....	493
12.2.2.	Tutela provisória antecedente ou incidental	493
12.2.3.	Efetivação da tutela provisória.....	494
12.2.4.	Provisoriedade	496
12.2.4.1.	Introdução.....	496
12.2.4.2.	Revogação expressa ou tácita.....	496
12.2.4.3.	Tutela provisória e agravo de instrumento.....	498
12.2.4.4.	Fundamento e forma da revogação da tutela provisória	499
12.2.4.5.	Tutela cautelar concedida em sentença.....	501
12.2.5.	Discricionariedade e fundamentação da decisão.....	502
12.2.6.	Competência	503
12.2.6.1.	Regra de competência	503
12.2.6.2.	Críticas ao art. 299, <i>caput</i> , do CPC.....	503
12.2.6.3.	Competência e prevenção do juízo.....	505

	12.2.6.3.1.	Juízo competente e prevenção.....	505
	12.2.6.3.2.	Juízo incompetente e prevenção.....	505
	12.2.6.4.	Competência em grau recursal e em ação de competência originária de tribunal.....	506
12.3.		Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	507
	12.3.1.	Introdução.....	507
	12.3.2.	Identities.....	510
	12.3.2.1.	Requisitos para concessão.....	510
	12.3.2.2.	Caução.....	511
	12.3.2.3.	Responsabilidade objetiva.....	513
	12.3.2.3.1.	Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	514
	12.3.2.3.1.1	Sentença desfavorável (art. 302, I, do CPC).....	514
	12.3.2.3.1.2.	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II, do CPC).....	515
	12.3.2.3.1.3.	Cessaçãõ da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III, do CPC).....	515
	12.3.2.3.1.4.	Sentença de prescriçãõ e decadência (art. 302, IV, do CPC).....	516
	12.3.3.	Liquidaçãõ e execuçãõ.....	516
	12.3.4.	Concessãõ de ofício.....	517
	12.3.5.	Audiência de justificaçãõ.....	518
	12.3.6.	Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	518
12.4.		Tutela antecipada.....	519
	12.4.1.	Objeto da antecipaçãõ.....	519
	12.4.2.	Processos e procedimentos compatíveis.....	522
	12.4.3.	Requisito negativo – irreversibilidade.....	524
	12.4.4.	Legitimaçãõ.....	525
	12.4.5.	Momento da antecipaçãõ.....	527
	12.4.5.1.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	527
	12.4.5.1.1.	Procedimento.....	527
	12.4.5.1.2.	Estabilizaçãõ da tutela antecipada.....	529
	12.4.5.1.2.1.	Introduçãõ.....	529
	12.4.5.1.2.2.	Estabilizaçãõ de tutela antecipada ou de tutela provisória?.....	530

	12.4.5.1.2.3.	Restrição a concessão antecedente de tutela antecipada	531
	12.4.5.1.2.4.	Tutela antecipada parcial	531
	12.4.5.1.2.5.	Recurso do réu	532
	12.4.5.1.2.6.	Qual é o recurso previsto no art. 304, <i>caput</i> , do CPC?	534
	12.4.5.1.2.7.	Vontade do autor	536
	12.4.5.1.2.8.	Litisconsórcio e assistência	536
	12.4.5.1.2.9.	Extinção do processo	537
	12.4.5.1.2.10.	Inexistência de coisa julgada	538
	12.4.5.1.2.11.	Ação no prazo de 2 anos	538
	12.4.5.1.2.12.	Ação rescisória	540
	12.4.5.2.	Tutela antecipada requerida em caráter incidental	540
	12.4.5.2.1.	Introdução	540
	12.4.5.2.2.	<i>Inaudita altera parte</i>	541
	12.4.6.	Sentença	542
	12.4.7.	Fase recursal	545
	12.4.8.	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	546
12.5.		Tutela cautelar	549
	12.5.1.	Autonomia	549
	12.5.2.	Sumariedade	550
	12.5.3.	Instrumentalidade	551
	12.5.4.	Cautelares típicas e generalidade da tutela cautelar	553
	12.5.5.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	555
	12.5.5.1.	Introdução	555
	12.5.5.2.	Procedimento	555
	12.5.5.2.1.	Petição inicial	555
	12.5.5.2.2.	Contraditório na demanda cautelar	556
	12.5.5.2.3.	Revelia	557
	12.5.5.2.4.	Instrução probatória	557
	12.5.5.2.5.	Sentença	558
	12.5.6.	Coisa julgada material	559
	12.5.7.	Pedido cautelar e pedido principal	561
	12.5.7.1.	Concessão e efetivação da tutela	561
	12.5.7.2.	Elaboração do pedido principal mesmo diante da não concessão ou não efetivação	563
	12.5.8.	Cessação da eficácia da tutela cautelar	564
	12.5.8.1.	Não dedução do pedido principal no prazo legal (art. 309, I, do CPC)	564
	12.5.8.2.	Ausência de efetivação da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 309, II, do CPC)	565

	12.5.8.3. Improcedência do pedido principal ou extinção terminativa do processo (art. 309, III, do CPC).....	565
12.6.	Tutela da evidência.....	566
	12.6.1. Introdução.....	566
	12.6.2. Hipóteses de cabimento.....	567
	12.6.2.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	567
	12.6.2.2. Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores.....	569
	12.6.2.3. Prova documental em ação reipersecutória.....	570
	12.6.2.4. Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz.....	571
	12.6.3. Procedimento.....	571
	12.6.4. Tutela da evidência atípica.....	572
13.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	575
13.1.	Formação do processo.....	575
	13.1.1. Formação gradual da relação jurídica processual.....	575
	13.1.2. Momento da propositura da ação.....	576
	13.1.3. Litispendência.....	576
13.2.	Suspensão do processo.....	577
	13.2.1. Suspensão do procedimento.....	577
	13.2.2. Suspensão própria e imprópria.....	577
	13.2.3. Decisão de suspensão do processo.....	578
	13.2.4. Impugnabilidade da decisão de suspensão do processo.....	578
	13.2.5. Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	579
	13.2.6. Dissolução de sociedade.....	580
	13.2.7. Morte ou perda de capacidade processual do representante legal... ..	581
	13.2.8. Morte ou perda de capacidade processual do advogado.....	581
	13.2.9. Convenção das partes.....	582
	13.2.10. Arguição de impedimento ou de suspeição.....	583
	13.2.11. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	584
	13.2.12. Prejudicialidade.....	584
	13.2.13. Necessidade de verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada para outro juízo.....	586
	13.2.14. Força maior.....	586
	13.2.15. Acidentes e fatos da navegação de competência do tribunal marítimo.....	587
	13.2.16. Demais casos regulados pelo Código de Processo Civil.....	587
	13.2.17. Pelo parto ou adoção.....	588
	13.2.18. Pela paternidade.....	588
	13.2.19. Prazo de suspensão.....	588

13.2.20.	Vedação à prática de atos processuais durante a suspensão do processo	589
13.2.21.	Arguição de suspeição e impedimento do juiz	590
13.2.22.	Verificação da existência de fato delituoso pela justiça criminal	590
13.3.	Extinção do processo	591
13.3.1.	Extinção do processo	591
13.3.2.	Impropriedade do termo “extinção parcial do processo”	591
13.3.3.	Princípio da cooperação e extinção do processo por sentença terminativa	592
13.3.4.	Reconhecimento jurídico do pedido	592
14.	PETIÇÃO INICIAL	593
14.1.	Introdução	593
14.2.	Requisitos estruturais da petição inicial	594
14.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial	594
14.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação	595
14.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido	597
14.2.4.	Pedido	597
14.2.5.	Valor da causa	598
14.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	600
14.2.7.	Opção do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação	601
14.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda	602
15.	POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....	605
15.1.	Introdução	605
15.2.	Emenda da petição inicial	605
15.3.	Indeferimento da petição inicial	609
15.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação.....	609
15.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial	612
15.3.2.1.	Inépcia da petição inicial	612
15.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte.....	613
15.3.2.3.	Falta de interesse de agir	613
15.3.2.4.	Ausência de emenda da petição inicial.....	613
15.4.	Julgamento liminar de improcedência	614
15.4.1.	Introdução	614
15.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar	615
15.4.3.	Conduta do juiz.....	617
15.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar?	619
15.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal	619
15.5.	Citação	621

15.5.1.	Conceito	621
15.5.2.	Efeitos da citação	623
15.5.2.1.	Efeitos processuais	623
15.5.2.1.1.	Indução à litispendência.....	623
15.5.2.1.2.	Estabilização da demanda.....	624
15.5.2.2.	Efeitos materiais.....	625
15.5.2.2.1.	Tornar a coisa litigiosa.....	625
15.5.2.2.2.	Constituição em mora do devedor.....	626
15.5.2.2.3.	Interrupção da prescrição.....	626
15.5.3.	Modalidades de citação.....	628
15.5.3.1.	Correio.....	628
15.5.3.2.	Oficial de justiça.....	630
15.5.3.3.	Edital.....	633
15.5.3.4.	Meio eletrônico pelo acesso à portal eletrônico.....	635
15.5.3.5.	Meio eletrônico por envio de comunicação à endereço eletrônico.....	637
15.5.3.6.	Comparecimento do réu em cartório.....	639

16. AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO..... 641

16.1.	Citação do réu para comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação	641
16.2.	Conciliador e mediador.....	643
16.3.	Número de sessões.....	643
16.4.	Intimação do autor.....	644
16.5.	Desinteresse das partes na realização da audiência.....	645
16.6.	Não realização de audiência quando o direito material não admitir autocomposição.....	647
16.7.	Outras hipóteses de dispensa da audiência.....	647
16.8.	Desinteresse na realização da audiência e litisconsórcio	648
16.9.	Ato atentatório à dignidade da justiça	649
16.10.	Presença de advogado ou defensor público.....	649
16.11.	Representante com poderes para negociar e transigir	650
16.12.	Redução a termo da homologação por "sentença".....	650
16.13.	Pauta.....	651

17. RESPOSTAS DO RÉU 653

17.1.	Introdução	653
17.2.	Contestação.....	654
17.2.1.	Prazo.....	654
17.2.2.	Matérias de defesa.....	656
17.2.2.1.	Defesas processuais.....	656
17.2.2.1.1.	Defesas dilatórias.....	656

	17.2.2.1.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC)	656
	17.2.2.1.1.2.	Incompetência do juízo (art. 337, II, do CPC).....	657
	17.2.2.1.1.3.	Conexão/continência (art. 337, VIII, do CPC).....	659
	17.2.2.1.2.	Defesas peremptórias.....	659
	17.2.2.1.2.1.	Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC).....	659
	17.2.2.1.2.2.	Perempção (art. 337, V, do CPC).....	660
	17.2.2.1.2.3.	Litispêndência (art. 337, VI, do CPC).....	661
	17.2.2.1.2.4.	Coisa julgada (art. 337, VII, do CPC).....	661
	17.2.2.1.2.5.	Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC)	661
	17.2.2.1.2.6.	Carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade (art. 337, XI, do CPC).....	662
	17.2.2.1.3.	Defesas dilatórias potencialmente peremptórias	662
	17.2.2.1.3.1.	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC).....	662
	17.2.2.1.3.2.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC).....	663
	17.2.2.1.3.3.	Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC)	663
	17.2.2.1.3.4.	Carência de ação por ilegitimidade de parte (art. 337, XI do CPC).....	665
	17.2.2.1.3.5.	Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC)	668
	17.2.2.2.	Defesas de mérito.....	668
	17.2.2.2.1.	Defesa de mérito direta	669
	17.2.2.2.2.	Defesa de mérito indireta.....	669
	17.2.3.	Princípio da impugnação específica dos fatos.....	670
	17.2.4.	Princípio da eventualidade.....	671
17.3.	Reconvenção.....		672
	17.3.1.	Conceito	672
	17.3.2.	Condições da ação.....	673

17.3.2.1.	Legitimidade de parte.....	674
17.3.2.2.	Interesse de agir.....	675
17.3.3.	Pressupostos processuais.....	677
17.3.4.	Procedimento.....	678
18.	REVELIA	681
18.1.	Conceito.....	681
18.2.	Efeitos	682
18.2.1.	Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros	682
18.2.2.	Desnecessidade de intimação do réu revel.....	686
18.2.3.	Julgamento antecipado do mérito	687
18.3.	Modificação objetiva da demanda.....	688
18.4.	Ingresso do réu revel no processo.....	689
18.4.1.	Participação do réu revel no procedimento probatório.....	690
18.4.1.1.	Provas causais.....	690
18.4.1.2.	Provas pré-constituídas.....	691
19.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	693
19.1.	Providências preliminares.....	693
19.2.	Julgamento conforme o estado do processo.....	694
19.2.1.	Introdução.....	694
19.2.2.	Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	695
19.2.3.	Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 487, II e III, do CPC	696
19.2.4.	Julgamento antecipado do mérito.....	697
19.2.5.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	699
19.2.6.	Saneamento e organização do processo.....	701
20.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	709
20.1.	Introdução.....	709
20.2.	Procedimento.....	711
20.2.1.	Abertura e pregão das partes.....	711
20.2.2.	Conciliação (tentativa de autocomposição)	712
20.2.3.	Fixação dos pontos controvertidos	713
20.2.4.	Esclarecimentos do perito	714
20.2.5.	Depoimento pessoal.....	715
20.2.6.	Oitiva das testemunhas.....	715
20.2.7.	Debates orais.....	715
20.2.8.	Prolação da sentença	716
20.3.	Audiência una e contínua.....	716
20.4.	Adiamento da audiência	717

21. PROVAS.....	721
21.1. Teoria geral das provas.....	721
21.1.1. Conceito de prova.....	721
21.1.2. Espécies de prova.....	722
21.1.3. A verdade possível e a verossimilhança.....	723
21.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”.....	724
21.1.5. Direito à prova no processo civil.....	726
21.1.6. Objeto da prova.....	727
21.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 374 do CPC).....	727
21.1.6.2. Relevância e pertinência.....	728
21.1.6.3. Fatos notórios.....	728
21.1.6.4. Fatos confessados.....	729
21.1.6.5. Ausência de controvérsia.....	730
21.1.6.6. Presunção.....	730
21.1.6.7. Prova do direito (art. 376 do CPC).....	732
21.1.7. Ônus da prova.....	732
21.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova.....	733
21.1.7.2. Inversão do ônus da prova.....	735
21.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova.....	737
21.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais.....	739
21.1.8. A produção da prova de ofício (“poder” instrutório do juiz).....	740
21.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória.....	742
21.1.10. Valoração da prova.....	743
21.1.11. Prova emprestada.....	747
21.1.12. Prova ilícita.....	749
21.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas.....	750
21.1.13. Provas atípicas.....	752
21.1.14. Ação probatória autônoma.....	753
21.1.14.1. Introdução.....	753
21.1.14.2. Cabimento.....	754
21.1.14.3. Competência.....	755
21.1.14.4. Procedimento.....	756
21.2. Provas em espécie.....	761
21.2.1. Ata notarial.....	761
21.2.1.1. Introdução.....	761
21.2.1.2. Cabimento.....	761
21.2.1.3. Procedimento.....	762
21.2.2. Depoimento pessoal.....	763
21.2.2.1. Conceito.....	763
21.2.2.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	764

	21.2.2.3.	Consequências do depoimento pessoal.....	765
	21.2.2.4.	Procedimento.....	767
21.2.3.		Da confissão.....	769
	21.2.3.1.	Conceito.....	769
	21.2.3.2.	Espécies de confissão.....	770
	21.2.3.3.	Indivisibilidade da confissão.....	771
	21.2.3.4.	Invalidação da confissão.....	772
21.2.4.		Da exibição de documento ou coisa.....	773
	21.2.4.1.	Conceito.....	773
	21.2.4.2.	Aspectos procedimentais comuns.....	774
	21.2.4.3.	Procedimento contra a parte contrária.....	776
	21.2.4.4.	Procedimento contra terceiro.....	779
21.2.5.		Da prova documental.....	780
	21.2.5.1.	Conceito.....	780
	21.2.5.2.	Documento público e sua força probante.....	781
	21.2.5.3.	Documento particular e sua força probante.....	782
	21.2.5.4.	Arguição de falsidade documental.....	784
		21.2.5.4.1. Natureza jurídica e objeto.....	784
		21.2.5.4.2. Procedimento.....	785
	21.2.5.5.	Produção da prova documental.....	787
21.2.6.		Da prova testemunhal.....	789
	21.2.6.1.	Conceito.....	789
	21.2.6.2.	Cabimento.....	789
	21.2.6.3.	Sujeitos que podem testemunhar.....	791
	21.2.6.4.	Direitos e deveres da testemunha.....	792
	21.2.6.5.	Produção da prova testemunhal.....	795
21.2.7.		Da prova pericial.....	799
	21.2.7.1.	Conceito e espécies.....	799
	21.2.7.2.	Cabimento.....	800
	21.2.7.3.	Procedimento.....	801
		21.2.7.3.1. Indicação do perito.....	801
		21.2.7.3.2. Escusa do perito.....	804
		21.2.7.3.3. Prova pericial complexa.....	804
		21.2.7.3.4. Substituição do perito.....	805
		21.2.7.3.5. Atos preparatórios.....	806
		21.2.7.3.6. Intimação prévia das partes.....	808
		21.2.7.3.7. Apresentação do laudo.....	808
	21.2.7.4.	Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	811
	21.2.7.5.	Segunda perícia.....	812
	21.2.7.6.	Princípio da persuasão racional e a prova pericial.....	812
21.2.8.		Da inspeção judicial.....	813

21.2.8.1.	Conceito.....	813
21.2.8.2.	Procedimento.....	814
22.	SENTENÇA	817
22.1.	Conceito legal de sentença	817
22.2.	Classificação das sentenças.....	820
22.2.1.	Conteúdo da sentença.....	820
22.2.1.1.	Teoria ternária e teoria quinária	820
22.2.1.2.	Sentença meramente declaratória.....	821
22.2.1.3.	Sentença constitutiva.....	824
22.2.1.4.	Sentença condenatória.....	825
22.2.1.5.	Sentença executiva <i>lato sensu</i>	825
22.2.1.6.	Sentença mandamental.....	826
22.2.2.	Resolução de mérito.....	827
22.2.2.1.	Sentenças terminativas (art. 485 do CPC).....	827
22.2.2.1.1.	Indeferimento da petição inicial	827
22.2.2.1.2.	Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	827
22.2.2.1.3.	Abandono do processo.....	829
22.2.2.1.4.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	830
22.2.2.1.5.	Perempção, coisa julgada e litispendência	830
22.2.2.1.6.	Carência da ação.....	831
22.2.2.1.7.	Convenção de arbitragem.....	831
22.2.2.1.8.	Desistência da ação	832
22.2.2.1.9.	Direitos intransmissíveis.....	833
22.2.2.1.10.	Repropositura da ação.....	834
22.2.2.2.	Sentenças definitivas (art. 487 do CPC).....	836
22.2.2.2.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	837
22.2.2.2.2.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	837
22.2.2.2.3.	Transação.....	838
22.2.2.2.4.	Prescrição e decadência.....	838
22.2.2.2.5.	Renúncia.....	838
22.3.	Elementos da sentença.....	839
22.3.1.	Relatório.....	839
22.3.2.	Fundamentação.....	840
22.3.3.	Dispositivo.....	841
22.3.4.	Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	842
22.4.	Sentença líquida.....	842
22.5.	Princípio da congruência	843
22.5.1.	Conceito	843

22.5.2.	Exceções ao princípio da congruência.....	845
22.6.	Sentença <i>extra petita</i>	846
22.6.1.	Conceito.....	846
22.6.2.	Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	847
22.7.	Sentença <i>ultra petita</i>	848
22.7.1.	Conceito.....	848
22.7.2.	Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	849
22.8.	Sentença <i>citra petita (infra petita)</i>	849
22.8.1.	Conceito.....	849
22.8.2.	Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	851
22.9.	Situação fática no momento da prolação da sentença.....	853
22.10.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante.....	854
22.11.	Ações que tenham como objeto obrigação de fazer e não fazer.....	855
22.12.	Capítulos de sentença.....	856
23.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	859
23.1.	Natureza jurídica da liquidação.....	859
23.2.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis.....	859
23.3.	Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	861
23.4.	Vedação à sentença ilíquida.....	861
23.5.	Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo.....	862
23.6.	Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	863
23.7.	Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada.....	865
23.8.	Liquidação como forma de frustração da execução.....	866
23.9.	Natureza jurídica da liquidação.....	869
23.10.	Legitimidade ativa.....	870
23.11.	Competência.....	871
23.12.	Regra da fidelidade ao título executivo (art. 509, § 4º, do CPC).....	871
23.13.	Espécies de liquidação.....	873
23.13.1.	Introdução.....	873
23.13.2.	Liquidação por arbitramento.....	873
23.13.2.1.	Cabimento.....	873
23.13.2.2.	Procedimento.....	874
23.13.3.	Liquidação pelo procedimento comum.....	875
24.	COISA JULGADA.....	879
24.1.	Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	879
24.2.	Coisa julgada total e parcial.....	880
24.3.	Conceito e natureza jurídica.....	881
24.4.	Função negativa da coisa julgada.....	883
24.5.	Função positiva da coisa julgada.....	884
24.6.	Limites objetivos da coisa julgada.....	886

24.7.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	892
24.8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	897
24.9.	Coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado.....	898
24.10.	Relativização da coisa julgada.....	899
24.10.1.	Introdução.....	899
24.10.2.	Coisa julgada inconstitucional.....	899
24.10.3.	Coisa julgada injusta inconstitucional.....	904
24.11.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	908
24.12.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	912
25.	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	915
25.1.	Introdução.....	915
25.2.	Consignação extrajudicial.....	915
25.3.	Competência.....	917
25.4.	Legitimidade.....	918
25.5.	Objeto da demanda consignatória.....	919
25.6.	Procedimento.....	920
25.7.	Complementação do depósito.....	923
25.8.	Consignação de prestações sucessivas.....	924
25.9.	Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito.....	925
25.10.	Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios.....	926
26.	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	929
26.1.	Introdução.....	929
26.2.	Legitimidade.....	930
26.3.	Natureza dúplice.....	931
26.4.	Competência.....	932
26.5.	Procedimento.....	932
27.	AÇÕES POSSESSÓRIAS	937
27.1.	Proteção possessória.....	937
27.2.	Fungibilidade.....	938
27.3.	Ação dúplice?.....	939
27.4.	Competência.....	940
27.5.	Legitimação.....	941
27.6.	Exceção de domínio.....	942
27.7.	Cumulação de pedidos.....	943
27.8.	Procedimento.....	944
27.8.1.	Reintegração e manutenção de posse.....	944
27.8.2.	Interdito proibitório.....	949
27.8.3.	Especialidades procedimentais no litígio coletivo pela posse.....	949

28. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	951
28.1. Introdução.....	951
28.2. Procedimento da ação de demarcação.....	953
28.3. Procedimento da ação de divisão.....	954
29. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	957
29.1. Introdução.....	957
29.2. Pretensões veiculáveis.....	958
29.3. Legitimidade ativa.....	959
29.4. Legitimidade passiva.....	961
29.5. Procedimento.....	962
30. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA	965
30.1. Introdução.....	965
30.2. Inventário negativo.....	966
30.3. Competência e universalidade do foro sucessório.....	967
30.4. Questões que dependam de prova não documental.....	967
30.5. Administrador provisório.....	968
30.6. Inventariante.....	969
30.7. Arrolamento sumário.....	971
30.8. Arrolamento comum.....	974
30.9. Procedimento do inventário.....	974
30.10. Colação.....	980
30.11. Sonegação.....	981
30.12. Pagamento das dívidas.....	982
30.13. Herdeiro preterido.....	983
30.14. Partilha.....	984
31. EMBARGOS DE TERCEIRO.....	991
31.1. Conceito.....	991
31.2. Legitimação.....	992
31.2.1. Legitimidade ativa – a condição de “terceiro”.....	992
31.2.2. Legitimação passiva.....	996
31.3. Competência.....	997
31.4. Prazo para propositura dos embargos de terceiro.....	998
31.5. Procedimento.....	999
32. OPOSIÇÃO.....	1003
32.1. Objeto e natureza jurídica.....	1003
32.2. Procedimento.....	1004

33. AÇÃO DE HABILITAÇÃO	1007
33.1. Introdução.....	1007
33.2. Procedimento.....	1008
34. AÇÕES DE FAMÍLIA	1011
34.1. Cabimento.....	1011
34.2. Incentivo às formas consensuais do conflito.....	1011
34.3. Audiência de mediação e conciliação.....	1012
34.4. Ministério Público.....	1014
34.5. Depoimento pessoal do incapaz.....	1014
35. AÇÃO MONITÓRIA.....	1015
35.1. Conceito.....	1015
35.2. Natureza Jurídica.....	1016
35.3. Admissibilidade	1017
35.4. Fazenda Pública e ação monitória	1020
35.5. Incapaz e ação monitória	1021
35.6. Propositura da monitória	1022
35.7. Citação do réu.....	1024
35.8. Posturas do réu.....	1025
35.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório.....	1026
35.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente.....	1027
35.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	1028
35.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória.....	1030
35.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	1030
35.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório.....	1033
35.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório.....	1035
35.16. Fase de cumprimento de sentença.....	1038
36. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	1041
36.1. Introdução	1041
36.2. Natureza Jurídica.....	1042
36.3. Homologação Extrajudicial	1042
36.4. Penhor legal e autotutela.....	1043
36.5. Procedimento.....	1045
37. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	1049
37.1. Declaração de abertura de avaria grossa.....	1049
37.2. Oferecimento de garantias.....	1049

37.3.	Impugnação à declaração de abertura de avaria grossa.....	1050
37.4.	Levantamento de valores para o pagamento das despesas da alienação.....	1050
37.5.	Apresentação de documentos.....	1051
37.6.	Apresentação do regulamento de avaria grossa.....	1051
37.7.	Impugnação.....	1051
37.8.	Sentença “homologatória”.....	1052
37.9.	Regulador e perito judicial.....	1052
38.	AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	1053
38.1.	Introdução.....	1053
38.2.	Legitimidade.....	1054
38.3.	Competência.....	1054
38.4.	Procedimento.....	1055
39.	FORMAS EXECUTIVAS	1059
39.1.	Introdução.....	1059
39.2.	Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva.....	1059
39.3.	Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta).....	1062
40.	PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	1067
40.1.	Introdução.....	1067
40.2.	<i>Nulla executio sine titulo</i>	1067
40.3.	Patrimonialidade.....	1069
40.4.	Desfecho único.....	1070
40.5.	Disponibilidade da execução.....	1071
40.6.	Utilidade.....	1074
40.7.	Menor onerosidade.....	1074
40.8.	Lealdade e boa-fé processual.....	1076
40.9.	Contraditório.....	1079
40.10.	Atipicidade dos meios executivos.....	1080
41.	SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO	1085
41.1.	Introdução.....	1085
41.2.	Diferentes espécies de legitimidade na execução.....	1086
41.2.1.	Polo ativo.....	1086
41.2.2.	Polo passivo.....	1087
41.3.	Legitimação ativa.....	1087
41.3.1.	Credor a quem a lei confere título executivo.....	1087
41.3.2.	Legitimidade do Ministério Público.....	1088
41.3.3.	Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores.....	1090
41.3.4.	Legitimidade do cessionário e do sub-rogado.....	1091
41.4.	Legitimidade passiva.....	1092

41.4.1.	Sujeito que figura no título como devedor.....	1092
41.4.2.	Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	1092
41.4.3.	Novo devedor.....	1093
41.4.4.	Fiador.....	1093
41.4.5.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	1095
41.4.6.	Responsável tributário.....	1096
41.4.7.	Legitimidade do responsável secundário.....	1097
41.5.	Intervenção de terceiros na execução.....	1099
41.5.1.	Intervenções típicas.....	1099
41.5.2.	Intervenções atípicas.....	1101
42.	COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO.....	1103
42.1.	Competência do cumprimento de sentença (título executivo judicial).....	1103
42.1.1.	Introdução.....	1103
42.1.2.	Competência executiva dos tribunais.....	1103
42.1.3.	Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	1104
42.1.3.1.	Exceções à regra do art. 516, II, do CPC.....	1106
42.1.3.2.	Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	1107
42.1.3.3.	A regra do art. 516, parágrafo único, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	1108
42.1.4.	Competência para o cumprimento de sentença arbitral, penal condenatória, decisão homologatória de sentença estrangeira e acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo.....	1109
42.2.	Competência do processo de execução (título executivo extrajudicial).....	1110
43.	TÍTULO EXECUTIVO.....	1113
43.1.	Introdução.....	1113
43.2.	Requisitos formais da obrigação exequenda.....	1115
43.3.	Títulos executivos judiciais.....	1116
43.3.1.	Sentença proferida no processo civil que reconheça a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	1116
43.3.2.	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	1121
43.3.3.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	1122
43.3.4.	Formal e certidão de partilha.....	1123
43.3.5.	Crédito de auxiliar da justiça quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.....	1124
43.3.6.	Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	1124
43.3.7.	Sentença arbitral.....	1127
43.3.8.	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	1128

43.3.9.	Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça	1130
43.4.	Títulos executivos extrajudiciais.....	1130
43.4.1.	Introdução.....	1130
43.4.2.	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque..	1131
43.4.3.	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	1132
43.4.4.	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.....	1132
43.4.5.	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal.....	1133
43.4.6.	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	1134
43.4.7.	Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	1134
43.4.8.	Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	1135
43.4.9.	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	1136
43.4.10.	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, território e município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	1136
43.4.11.	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em convenção de condomínio ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas.....	1137
43.4.12.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	1138
43.4.13.	Todos os demais títulos, aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	1139
44.	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	1141
44.1.	Obrigações e responsabilidades patrimoniais.....	1141
44.2.	Inexistência de responsabilidade pessoal.....	1142
44.3.	Bens que respondem pela satisfação na execução.....	1143
44.4.	Impenhorabilidade de bens.....	1144
44.4.1.	Patrimônio mínimo e dignidade humana.....	1144
44.4.2.	As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro.....	1145
44.4.2.1.	Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC).....	1146
44.4.2.2.	Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 833, II, do CPC).....	1147
44.4.2.3.	Vestuários e pertencentes de uso pessoal (art. 833, III, do CPC).....	1148

44.4.2.4.	Ganhos aptos a manter a subsistência do executado (art. 833, IV, do CPC)	1149
44.4.2.5.	Bens necessários ou úteis ao exercício profissional (art. 833, V, do CPC).....	1155
44.4.2.6.	Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC)	1157
44.4.2.7.	Materiais necessários para obras em andamento (art. 833, VII, do CPC).....	1158
44.4.2.8.	Pequena propriedade rural trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC).....	1158
44.4.2.9.	Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social (art. 833, IX, do CPC).....	1159
44.4.2.10.	Valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do CPC)	1160
44.4.2.11.	Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político (art. 833, XI, do CPC).....	1161
44.4.2.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC)	1162
44.5.	Responsabilidade patrimonial de imóvel submetido ao regime do direito de superfície	1162
44.6.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	1163
44.6.1.	Bens do sucessor a título singular.....	1163
44.6.2.	Bens do sócio, nos termos da lei	1164
44.6.3.	Bens do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	1166
44.6.4.	Bens do cônjuge e do companheiro, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida.....	1166
44.6.5.	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.....	1170
44.6.6.	Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores	1170
44.6.7.	Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica	1171
44.7.	Fraudes do devedor.....	1172
44.7.1.	Fraude contra credores.....	1172
44.7.2.	Fraude à execução	1175
45.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA.....	1183
45.1.	Conceito.....	1183
45.2.	Caução na execução provisória.....	1184
45.2.1.	Função	1184
45.2.2.	Natureza jurídica.....	1185
45.2.3.	Requisitos formais.....	1186
45.2.4.	Momento de prestação da caução	1187

45.2.5.	Atuação de ofício?.....	1187
45.3.	Dispensa da caução.....	1188
45.4.	Responsabilidade objetiva do exequente.....	1191
45.5.	Formalização dos autos da execução provisória.....	1192
45.6.	Cabimento de multa pelo não pagamento.....	1193
45.7.	Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	1194
45.8.	Honorários advocatícios.....	1195
46.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	1197
46.1.	Introdução.....	1197
46.2.	Aspectos procedimentais.....	1198
46.3.	Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	1199
46.3.1.	Vontade do exequente.....	1199
46.3.2.	Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	1201
46.3.3.	Onerosidade excessiva.....	1201
46.3.4.	Procedimento da conversão em perdas e danos.....	1202
46.4.	Atipicidade das formas executivas.....	1202
46.4.1.	Prisão civil.....	1203
46.5.	Multa coercitiva.....	1205
46.5.1.	Introdução.....	1205
46.5.2.	Valor da multa.....	1206
46.5.3.	Beneficiado pela multa.....	1207
46.5.4.	Fazenda Pública em juízo.....	1208
46.5.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa.....	1208
46.5.6.	Exigibilidade da multa.....	1211
46.5.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor.....	1214
47.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....	1215
47.1.	Introdução.....	1215
47.2.	Aspectos procedimentais.....	1216
48.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA.....	1217
48.1.	Introdução.....	1217
48.2.	Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença.....	1217
48.3.	Requerimento inicial.....	1218
48.4.	Aparente excesso dos cálculos.....	1220
48.5.	Intimação do executado.....	1222
48.6.	Cumprimento da obrigação.....	1223

48.7.	Não pagamento no prazo de 15 dias.....	1224
48.7.1.	Introdução.....	1224
48.7.2.	Fixação de honorários advocatícios.....	1225
48.7.3.	Aplicação de multa de 10% sobre o valor exequendo.....	1227
48.7.4.	Protesto extrajudicial da sentença.....	1229
48.7.5.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes....	1229
48.7.6.	Expedição do mandado de penhora e avaliação.....	1229
48.7.7.	Termo inicial da contagem de prazo para impugnação.....	1230
49.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	1231
49.1.	Introdução.....	1231
49.2.	Execução das obrigações de fazer.....	1232
49.3.	Execução das obrigações de não fazer.....	1236
50.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	1239
50.1.	Execução de entrega de coisa certa.....	1239
50.2.	Execução de entrega de coisa incerta.....	1242
51.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	1245
51.1.	Início do processo de execução.....	1245
51.1.1.	Petição inicial.....	1245
51.1.2.	Averbação da execução.....	1250
51.1.3.	Pronunciamento que determina a citação do executado.....	1253
51.1.4.	Não localização do executado e de seus bens.....	1254
51.1.5.	Arresto executivo.....	1255
51.1.6.	Posturas do executado citado.....	1256
51.2.	Pagamento parcelado.....	1258
51.2.1.	Introdução.....	1258
51.2.2.	Pagamento parcelado: moratória legal?.....	1259
51.2.3.	Requisitos formais.....	1260
51.2.4.	Procedimento.....	1262
51.2.5.	Inadimplemento das parcelas.....	1263
51.3.	Penhora.....	1263
51.3.1.	Definição e efeitos.....	1263
51.3.2.	Ordem legal da penhora.....	1266
51.3.3.	Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito.....	1270
51.3.3.1.	Depósito do bem penhorado.....	1270
51.3.3.2.	Intimação da penhora.....	1270
51.3.4.	Do lugar de realização da penhora.....	1271
51.3.5.	Penhora de dinheiro pelo sistema SisbaJud (on-line).....	1272
51.3.6.	Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	1278
51.3.7.	Procedimento da penhora.....	1280

51.3.8.	Substituição do bem penhorado.....	1282
51.3.9.	Penhoras especiais	1284
51.4.	Avaliação.....	1291
51.5.	Formas de expropriação.....	1294
51.5.1.	Introdução.....	1294
51.5.2.	Adjudicação	1294
51.5.2.1.	Introdução	1294
51.5.2.2.	Sistema de adjudicação.....	1295
51.5.2.3.	Momento da adjudicação	1296
51.5.2.4.	Intimação do executado.....	1297
51.5.2.5.	Valor da adjudicação.....	1297
51.5.2.6.	Legitimados a adjudicar.....	1298
51.5.2.7.	Concurso de pretendentes à adjudicação	1299
51.5.2.8.	Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar	1301
51.5.2.9.	Auto de adjudicação.....	1302
51.5.2.10.	Adjudicação provisória.....	1303
51.6.	Alienação por iniciativa particular.....	1303
51.6.1.	Introdução.....	1303
51.6.2.	Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	1304
51.6.3.	Alienação por corretor ou leiloeiro público credenciado perante a autoridade judiciária.....	1304
51.6.4.	Requisitos para a alienação.....	1306
51.7.	Arrematação.....	1307
51.7.1.	Introdução.....	1307
51.7.2.	Requisitos formais do leilão judicial	1308
51.7.3.	Publicidade do edital.....	1310
51.7.4.	Comunicações do leilão judicial	1312
51.7.5.	Realização do leilão judicial	1314
51.7.6.	Leilão judicial por meio eletrônico	1315
51.7.7.	Legitimados a arrematar	1316
51.7.8.	Procedimento do leilão judicial	1317
51.7.9.	Arrematação viciada.....	1322
51.7.10.	Alienação antecipada.....	1323
51.8.	Entrega de dinheiro ao credor.....	1324

52. EXECUÇÕES ESPECIAIS..... 1329

52.1.	Execução de prestação alimentícia.....	1329
52.1.1.	Introdução.....	1329
52.1.2.	Forma executiva.....	1331
52.1.2.1.	Introdução.....	1331
52.1.2.1.1.	Procedimento.....	1332

	52.1.2.1.1.1. Introdução.....	1332
	52.1.2.1.1.2. Diferentes procedimentos.....	1333
	52.1.2.1.1.3. Execução por sub-rogação.....	1334
	52.1.2.1.1.4. Execução indireta – Protesto.....	1335
	52.1.2.1.1.5. Execução indireta – Prisão civil.....	1336
52.2.	Execução contra a fazenda pública.....	1341
52.2.1.	Introdução.....	1341
52.2.2.	Forma executiva.....	1343
52.2.3.	Procedimento.....	1343
	52.2.3.1. Cumprimento de sentença.....	1343
	52.2.3.2. Processo de execução.....	1345
52.2.4.	Regime dos precatórios.....	1346
52.2.5.	Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1348
52.2.6.	Emenda Constitucional 62/2009 (a EC do calote).....	1349
52.2.7.	Dispensa de precatório.....	1351
52.2.8.	Preterição no pagamento.....	1352

53. DEFESAS DO EXECUTADO 1355

53.1.	Introdução.....	1355
53.2.	Embargos à execução.....	1355
53.2.1.	Natureza jurídica dos embargos.....	1355
53.2.2.	Garantia do juízo.....	1356
53.2.3.	Prazo dos embargos.....	1357
53.2.4.	Competência.....	1359
53.2.5.	Rejeição liminar dos embargos.....	1360
	53.2.5.1. Intempestividade dos embargos.....	1360
	53.2.5.2. Indeferimento da petição inicial.....	1362
	53.2.5.3. Julgamento liminar de improcedência.....	1362
	53.2.5.4. Embargos manifestamente protelatórios.....	1363
53.2.6.	Efeito suspensivo.....	1364
	53.2.6.1. Requisitos.....	1364
	53.2.6.2. Ausência de preclusão judicial.....	1367
	53.2.6.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	1368
	53.2.6.4. Suspensão parcial do processo.....	1369
53.2.7.	Procedimento dos embargos à execução.....	1370
	53.2.7.1. Início do procedimento.....	1370
	53.2.7.2. Revelia.....	1371
	53.2.7.3. Outras reações.....	1373
	53.2.7.4. Decisão dos embargos.....	1374
	53.2.7.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execu- ção.....	1375

	53.2.7.5.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	1376
	53.2.7.5.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1376
	53.2.7.5.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1378
	53.2.7.5.4.	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa.....	1381
	53.2.7.5.5.	Incompetência absoluta ou relativa.....	1382
53.3.		Impugnação.....	1382
53.3.1.		Natureza jurídica.....	1382
53.3.2.		Matérias alegáveis em sede de impugnação.....	1383
	53.3.2.1.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia.....	1384
	53.3.2.2.	Ilegitimidade de parte.....	1384
	53.3.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	1385
	53.3.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1386
	53.3.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1386
	53.3.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	1386
	53.3.2.7.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.....	1386
	53.3.3.	Procedimento.....	1387
53.4.		Exceção e objeção de pré-executividade.....	1391
	53.4.1.	Análise histórica.....	1391
	53.4.2.	Problemas de terminologia.....	1392
	53.4.3.	Defesa executiva atípica.....	1393
	53.4.4.	Requisitos para a admissão da exceção de pré-executividade e objeção.....	1393
	53.4.5.	Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade.....	1395
	53.4.6.	Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	1397

54. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO..... 1401

54.1.		Introdução.....	1401
54.2.		Suspensão da execução.....	1401
	54.2.1.	Causas gerais de suspensão.....	1401
	54.2.2.	Defesa típica do executado.....	1403
	54.2.3.	Prescrição intercorrente.....	1403
	54.2.4.	Ausência de interessados na aquisição do bem penhorado.....	1408
	54.2.5.	Moratória legal.....	1408
54.3.		Extinção da execução.....	1409

55. PRECEDENTES JUDICIAIS.....	1411
55.1. precedente, decisão, jurisprudência e súmula.....	1411
55.2. Jurisprudência estável, íntegra e coerente.....	1414
55.2.1. Introdução.....	1414
55.2.2. Dever de uniformização da jurisprudência.....	1414
55.2.3. Jurisprudência estável.....	1416
55.2.4. Jurisprudência íntegra.....	1416
55.2.5. Jurisprudência coerente.....	1417
55.3. (In)constitucionalidade do art. 927 do CPC.....	1417
55.4. Eficácia vinculante.....	1418
55.4.1. Introdução.....	1418
55.4.2. Controle concentrado de constitucionalidade.....	1421
55.4.3. Enunciados de Súmulas Vinculantes.....	1422
55.4.4. Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no incidente de assunção de competência.....	1423
55.4.5. Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.....	1423
55.4.6. Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.....	1424
55.4.7. Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da novidade legislativa.....	1424
55.4.8. Cabimento de reclamação.....	1425
55.5. Precedente brasileiro e precedents na tradição da <i>common law</i>	1427
55.6. <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1428
55.7. Fundamentação.....	1430
55.8. Divulgação.....	1431
55.9. Distinção (<i>distinguishing</i>).....	1431
55.10. Superação da tese jurídica (<i>overruling</i>).....	1433
55.10.1. Introdução.....	1433
55.10.2. Motivos para superação.....	1433
55.10.3. Fundamentação da decisão de superação.....	1435
55.10.4. Modulação dos efeitos da superação.....	1435
55.10.5. Procedimento.....	1437
56. ORDEM DOS PROCESSOS E RECURSOS NO TRIBUNAL.....	1439
56.1. Distribuição.....	1439
56.2. Prevenção.....	1440
56.3. Poderes do relator.....	1441
56.3.1. Introdução.....	1441
56.3.2. Direção do processo.....	1442
56.3.3. Tutela provisória.....	1443
56.3.4. Inadmissibilidade recursal.....	1443

56.3.5.	Decisão monocrática que nega provimento.....	1444
56.3.6.	Decisão monocrática que dá provimento.....	1444
56.3.7.	Vedação de julgamento monocrático do recurso.....	1445
56.3.8.	Julgamento monocrático do reexame necessário e dos processos de competência originária.....	1446
56.3.9.	Demais incumbências.....	1446
56.3.10.	Oportunidade de saneamento de vícios.....	1446
56.4.	Fato superveniente.....	1447
56.5.	Ordem no julgamento.....	1448
56.6.	Sustentação oral.....	1449
56.7.	Matérias conhecíveis de ofício.....	1451
56.8.	Formalidades do acórdão.....	1452
56.9.	Julgamento virtual.....	1452
56.10.	Técnica de julgamento estendido (ampliado).....	1453
56.10.1.	Natureza jurídica.....	1453
56.10.2.	Cabimento.....	1454
56.10.3.	Procedimento.....	1456
56.11.	Saneamento de vício.....	1457
57.	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	1461
57.1.	Cabimento.....	1461
57.2.	Procedimento.....	1464
57.3.	O que afinal é julgado quando o incidente de assunção de competência é admitido?.....	1465
57.4.	Microsistema de formação de precedentes vinculantes.....	1468
58.	DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	1469
58.1.	Controle de constitucionalidade.....	1469
58.2.	Legitimidade ativa e momento de suscitação.....	1470
58.3.	Instauração do incidente.....	1470
58.4.	Rejeição e admissão do incidente pelo órgão fracionário.....	1471
58.5.	Não cabimento do incidente.....	1472
58.6.	Procedimento perante o plenário ou órgão especial.....	1473
58.7.	Julgamento.....	1473
59.	CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1475
59.1.	Conceito.....	1475
59.2.	Legitimidade.....	1477
59.3.	Competência para o julgamento do conflito.....	1477
59.4.	Procedimento.....	1478
60.	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1481
60.1.	Introdução.....	1481

60.2.	Ação constitutiva necessária?.....	1481
60.3.	Forma processual de homologação.....	1482
60.4.	Decisão interlocutória estrangeira.....	1483
60.5.	Homologação de sentença arbitral.....	1483
60.6.	Eficácia em território nacional.....	1483
60.7.	Decisão estrangeira não judicial.....	1484
60.8.	Homologação parcial.....	1484
60.9.	Tutela de urgência.....	1484
60.10.	Execução fiscal.....	1485
60.11.	Decisão estrangeira de divórcio consensual.....	1485
60.12.	Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.....	1486
60.13.	Tutela da evidência.....	1487
60.14.	Requisitos indispensáveis para a homologação da decisão.....	1487
60.15.	Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.....	1489
60.16.	Competência para a execução.....	1489
60.17.	Fixação de honorários advocatícios.....	1489
61.	AÇÃO RESCISÓRIA	1491
61.1.	Natureza jurídica.....	1491
61.2.	Conceito de rescindibilidade.....	1492
61.3.	Objeto da rescisão.....	1492
61.3.1.	Decisão de mérito.....	1492
61.3.2.	Decisão que não é de mérito.....	1494
61.4.	Hipóteses de cabimento.....	1496
61.4.1.	Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	1496
61.4.2.	Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	1497
61.4.3.	Dolo ou coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei.....	1497
61.4.4.	Ofensa à coisa julgada.....	1498
61.4.5.	Violação manifesta de norma jurídica.....	1499
61.4.6.	Prova falsa.....	1501
61.4.7.	Obtenção de prova nova.....	1503
61.4.8.	Erro de fato.....	1505
61.5.	fundamento para invalidar sentença homologatória de mérito.....	1506
61.6.	Legitimidade.....	1507
61.7.	Competência.....	1510
61.8.	Prazo.....	1512
61.8.1.	Prazo e termo inicial gerais.....	1512
61.8.2.	Termos iniciais diferenciados.....	1515
61.9.	Ação rescisória e cumprimento executivo do julgado.....	1516
61.10.	Procedimento.....	1517
61.10.1.	Petição inicial.....	1517

61.10.2.	Reações do juiz diante da petição inicial	1519
61.10.3.	Resposta do réu	1520
61.10.4.	Atividade saneadora	1521
61.10.5.	Fase probatória	1521
61.10.6.	Manifestações finais	1522
61.10.7.	Julgamento	1522
62.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1525
62.1.	Cabimento	1525
62.2.	Legitimidade para requerer a instauração do incidente	1528
62.3.	Competência	1530
62.4.	Divulgação	1532
62.5.	Sujeitos com legitimidade para participar do incidente	1533
62.6.	Instauração	1534
62.7.	Admissão do incidente	1534
62.8.	Poderes do relator	1538
62.9.	Julgamento e seus efeitos	1540
62.10.	Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal	1542
62.11.	Juizados Especiais	1544
62.12.	Desistência ou abandono do processo	1545
62.13.	Recursos	1546
63.	RECLAMAÇÃO	1551
63.1.	Natureza jurídica	1551
63.2.	Cabimento	1554
63.2.1.	Forma de preservação da competência do tribunal	1555
63.2.2.	Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal	1555
63.2.3.	Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	1558
63.2.4.	Forma de garantir a observância de súmula vinculante	1559
63.2.5.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência	1561
63.2.6.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo	1562
63.3.	Procedimento	1564
63.3.1.	Introdução	1564
63.3.2.	Petição inicial	1564
63.3.3.	Fraço	1566
63.3.4.	Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional	1567
63.3.5.	Feições dos interessados	1569
63.3.6.	Julgamento	1570

64. CONCEITO DE RECURSO E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	1573
64.1. Introdução	1573
64.1.1. Sucedâneos recursais internos.....	1575
64.1.1.1. Reexame necessário.....	1575
64.1.1.2. Correição parcial.....	1580
64.1.1.3. Pedido de reconsideração.....	1581
64.1.1.4. Impugnação e embargos à execução	1582
64.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).....	1582
64.1.2.1. Generalidades.....	1582
64.1.2.2. Mandado de segurança contra ato judicial.....	1583
65. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	1587
65.1. Introdução.....	1587
65.2. Objeto imediato do recurso	1587
65.3. Fundamentação recursal (causa de pedir).....	1588
65.4. Abrangência da matéria impugnada.....	1589
65.5. Independência ou subordinação.....	1590
66. EFEITOS RECURSAIS	1595
66.1. Introdução	1595
66.2. Efeito obstativo	1595
66.3. Efeito devolutivo.....	1596
66.4. Efeito suspensivo	1599
66.5. Efeito translativo.....	1604
66.6. Efeito expansivo.....	1607
66.7. Efeito substitutivo.....	1609
66.8. Efeito regressivo	1609
66.9. Efeito diferido	1610
67. PRINCÍPIOS RECURSAIS	1611
67.1. Duplo grau de jurisdição.....	1611
67.1.1. Conceito.....	1611
67.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	1613
67.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	1614
67.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?.....	1614
67.2. Taxatividade (legalidade).....	1616
67.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	1617
67.4. Voluntariedade.....	1621
67.5. Dialeiticidade.....	1622
67.6. Fungibilidade.....	1623
67.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	1627

67.6.2.	Inexistência de erro grosseiro.....	1627
67.6.3.	Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor.....	1629
67.7.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1630
67.8.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	1632
67.9.	Complementaridade.....	1633
67.10.	Consumação.....	1634
67.11.	Primazia do julgamento do mérito recursal.....	1635
68.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	1639
68.1.	Introdução.....	1639
68.2.	Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	1641
68.2.1.	Cabimento.....	1641
68.2.2.	Legitimidade recursal.....	1643
68.2.2.1.	Partes.....	1643
68.2.2.2.	Terceiro prejudicado.....	1645
68.2.2.3.	Ministério Público.....	1646
68.2.3.	Interesse recursal.....	1647
68.2.3.1.	Necessidade.....	1647
68.2.3.2.	Adequação.....	1653
68.2.4.	Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	1653
68.2.4.1.	Desistência.....	1653
68.2.4.2.	Renúncia.....	1656
68.2.4.3.	Aquiescência.....	1657
68.3.	Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	1658
68.3.1.	Tempestividade.....	1658
68.3.2.	Preparo.....	1664
68.3.3.	Regularidade formal.....	1669
69.	JUÍZO DE MÉRITO	1673
69.1.	Introdução.....	1673
69.2.	Causa de pedir: <i>error in procedendo e error in iudicando</i>	1673
69.3.	Pedido.....	1674
69.4.	Esclarecimento e integração.....	1675
70.	APELAÇÃO.....	1677
70.1.	Cabimento.....	1677
70.2.	Objeto da impugnação.....	1678
70.3.	Procedimento.....	1682
70.3.1.	Introdução.....	1682
70.3.2.	Procedimento no 1.º grau de jurisdição.....	1684
70.3.3.	Procedimento no tribunal de segundo grau.....	1686
70.4.	Novas questões de fato.....	1686

70.5.	Julgamento imediato do mérito da ação pelo tribunal no julgamento da apelação.....	1688
70.5.1.	Introdução.....	1688
70.5.2.	Teoria da causa madura.....	1689
70.5.3.	Hipóteses de novo julgamento do mérito da ação pelo tribunal.....	1692

71. AGRAVO..... 1695

71.1.	Introdução.....	1695
71.2.	Agravo de instrumento	1696
71.2.1.	Cabimento	1696
71.2.1.1.	Rol legal de decisões interlocutórias	1696
71.2.1.2.	Tutela provisória.....	1697
71.2.1.3.	Decisões de mérito	1698
71.2.1.4.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	1699
71.2.1.5.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1700
71.2.1.6.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	1701
71.2.1.7.	Exibição ou posse de documento ou coisa.....	1701
71.2.1.8.	Exclusão de litisconsorte	1702
71.2.1.9.	Rejeição do pedido de litisconsórcio	1703
71.2.1.10.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	1703
71.2.1.11.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.....	1704
71.2.1.12.	Redistribuição do ônus da prova	1704
71.2.1.13.	Processos e procedimentos “retrô”.....	1705
71.2.1.14.	“Taxatividade mitigada”.....	1706
71.2.2.	Instrução do agravo de instrumento peças processuais	1707
71.2.2.1.	Peças obrigatórias.....	1709
71.2.2.2.	Peças facultativas.....	1711
71.2.2.3.	Peças essenciais	1711
71.2.3.	Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	1713
71.2.4.	Procedimento.....	1715
71.2.4.1.	Propositura.....	1715
71.2.4.2.	Distribuição	1715
71.2.4.3.	Negativa de seguimento liminar	1716
71.2.4.4.	Tutela de urgência.....	1716
71.2.4.5.	Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões	1718
71.2.4.6.	Oitiva do Ministério Público.....	1720
71.2.4.7.	Julgamento do agravo.....	1721
71.2.4.8.	Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença.....	1721

71.3.	Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau.....	1724
71.3.1.	Agravo interno	1724
71.3.1.1.	Cabimento.....	1724
71.3.1.2.	Procedimento.....	1725
71.3.2.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	1731
72.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1735
72.1.	Natureza jurídica	1735
72.2.	Cabimento.....	1737
72.2.1.	Pronunciamentos recorríveis.....	1737
72.2.2.	Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração.....	1739
72.3.	Procedimento.....	1741
72.4.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração.....	1744
72.4.1.	Embargos de declaração intempestivos	1745
72.4.2.	Reiteração abusiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios.....	1745
72.5.	Embargos de declaração intempestividade <i>ante tempus</i>	1746
72.6.	Manifesto caráter protelatório	1747
72.7.	Embargos de declaração atípicos.....	1749
72.7.1.	Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1750
72.7.2.	Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	1751
73.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	1753
73.1.	Introdução.....	1753
73.2.	Cabimento.....	1756
73.2.1.	Processos internacionais	1756
73.2.2.	Recurso ordinário em mandado de segurança.....	1757
73.2.3.	Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	1758
74.	RECURSO ESPECIAL	1759
74.1.	Hipóteses de cabimento.....	1759
74.1.1.	Pressupostos cumulativos	1759
74.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	1759
74.1.1.2.	Decisão proferida por tribunal.....	1760
74.1.1.3.	Prequestionamento.....	1763
74.1.2.	Pressupostos alternativos.....	1765
74.1.2.1.	Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	1765
74.1.2.2.	Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1767
74.1.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1767

75. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1771
75.1. Hipóteses de cabimento.....	1771
75.1.1. Pressupostos cumulativos	1771
75.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	1771
75.1.1.2. Prequestionamento	1772
75.1.1.3. Repercussão geral	1774
75.1.2. Requisitos específicos.....	1782
75.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	1782
75.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1783
75.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	1783
75.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	1784
76. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	1785
76.1. Procedimento.....	1785
76.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	1790
76.3. Efeitos dos recursos federais.....	1792
76.3.1. Efeito devolutivo.....	1792
76.3.2. Efeito suspensivo.....	1794
76.4. Julgamento por amostragem	1796
76.4.1. Cabimento.....	1796
76.4.2. Instauração.....	1796
76.4.3. Suspensão dos processos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica	1798
76.4.4. Procedimento.....	1802
76.4.5. Eficácia <i>ultra partes</i> e vinculante do julgamento.....	1804
77. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1809
77.1. Introdução	1809
77.2. Cabimento.....	1809
77.2.1. Acórdão embargado.....	1812
77.2.2. Acórdão paradigma.....	1813
77.3. Procedimento.....	1814
78. LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1815
78.1. <i>Vacatio legis</i>	1815
78.2. Aplicação imediata.....	1816
78.3. Procedimento sumário e procedimentos especiais.....	1817
78.4. Direito probatório.....	1818
78.5. Direito de preferência.....	1819

78.6.	Procedimento comum.....	1820
78.7.	Cadastro das pessoas jurídicas de direito público para receberem comunicações por meio eletrônico.....	1820
78.8.	Insolvência civil.....	1822
78.9.	Atos processuais eletrônicos.....	1822
78.10.	Depósitos em dinheiro.....	1823
78.11.	Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública.....	1823
78.12.	Preparo recursal na Justiça Federal.....	1823
78.13.	Nulidade da sentença arbitral como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença.....	1824
78.14.	Juizados especiais.....	1824
78.15.	Embargos de declaração no processo em trâmite na justiça eleitoral.....	1825
78.16.	Pesquisas estatísticas periódicas pelo Conselho Nacional de Justiça.....	1827
78.17.	Usucapião extrajudicial.....	1827

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1831
--	-------------